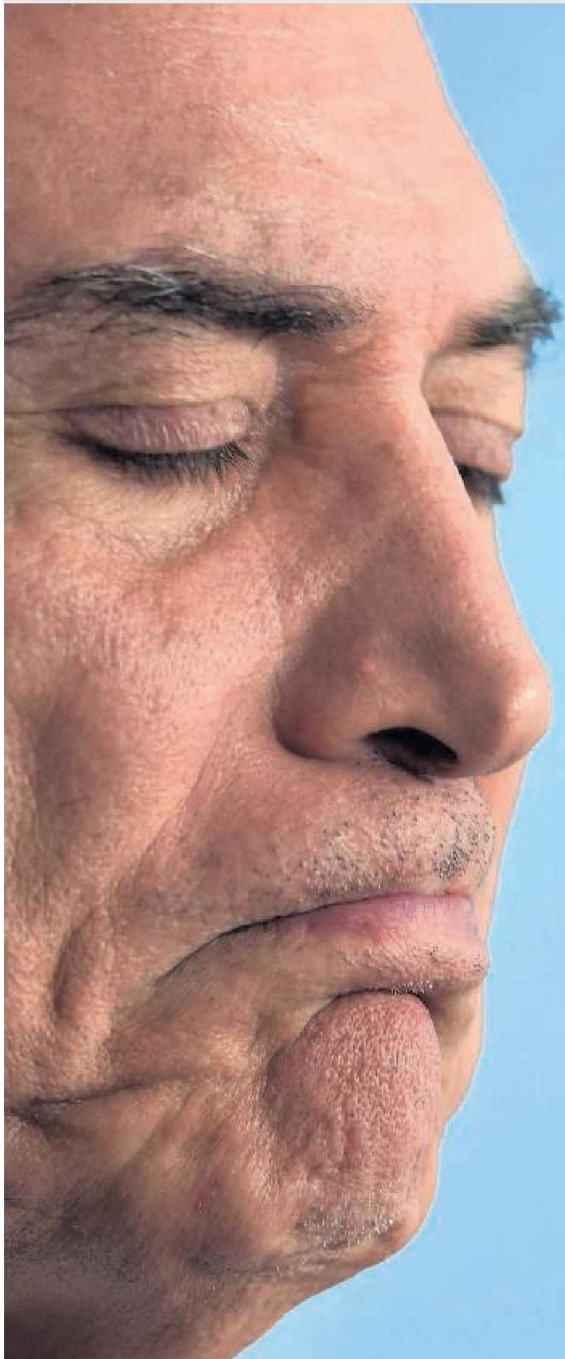


EVARISTO SA/AFIP



DELAÇÃO DA JBS TEMER AINDA RESISTE

Denúncia de que o presidente Michel Temer teria sido gravado dando aval para “comprar” silêncio de Eduardo Cunha provocou crise sem precedentes no Governo. Com oposição já articulando três alternativas para a saída de Temer do cargo, País pode ter queda do segundo presidente em pouco mais de um ano
Política, páginas 13 a 15



REFORMAS

TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA. DELAÇÕES ABALAM CONGRESSO E AMEAÇAM PROPOSTAS

TSE

DILMA-TEMER. REVELAÇÕES DA JBS MUDAM QUADRO DO JULGAMENTO DA CHAPA NO TSE

EFEITOS

QUEDA. OPOSIÇÃO DÁ ENTRADA A PEDIDO DE IMPEACHMENT DE MICHEL TEMER



ANÁLISES

OUTRAS LEITURAS: EDITORIAL, PÁGINA, 10; ÉRICO FIRMO, PÁGINA 14; PONTOS DE VISTA DE GUÁLTER GEORGE, PÁGINA 13; ÍTALO CORIOLANO, 14; E HENRIQUE ARAÚJO, 15

Congresso. Gravações devem comprometer votação de reformas

A oposição na Câmara e no Senado Federal aprovou ontem à noite entendimento de paralisar todas as votações até que Michel Temer deixe o cargo. Reformas da Previdência e Trabalhista devem ser paralisadas

Wagner Mendes
wagnermendes@opovo.com.br

A delação dos donos da JBS, Joesley Batista e Wesley Batista, concedida à Procuradoria-Geral da República (PGR), pode ter consequências ainda incalculáveis para o presidente Michel Temer (PMDB) no Congresso Nacional. Com a necessidade de aprovar reformas impopulares, como a trabalhista e a previdenciária tanto na Câmara quanto no Senado, as forças do governo devem mudar o foco e perder força nas casas legislativas.

Na noite de ontem, a oposição no Congresso aprovou entendimento de paralisar as votações até que Temer deixe o cargo de presidente. As duas pautas da agenda econômica tramitam nas duas casas.

Para parlamentares e cientistas políticos consultados pelo **O POVO**, as revelações de *O Globo* podem dissolver a base e comprometer a aprovação das reformas. O professor de Ciência Política do Ibmecc/MG, Adriano Gianturco, avalia que ainda é muito cedo para fazer previsões. No entanto, argumenta que a estabilidade da base do peemedebista ficará “em risco” a partir de agora e que o impacto na votação das reformas deverá ser “enorme”.

Já o cientista político Oswaldo Amaral, da **Unicamp**, prevê que haverá “atraso na votação das reformas” e prejuízos na possibilidade de aprovação das matérias. “A base pode até se manter unida desde que isso signifique menos prejuízo para ela mesma”, ressalta.

Parlamento

Da base de Temer, o deputado Danilo Forte (PSB) avalia que as pautas ficam comprometidas em caso de



O empresário Joesley Batista gravou conversa comprometedora com o presidente da República Michel Temer (PMDB)

confirmação das gravações. “Não vai ter condição (de votação), a pauta fica prejudicada em função dos fatos. A base está atônita atrás de uma resposta”, afirma.

“Essas reformas, tanto a trabalhista quanto a previdenciária, já são extremamente rejeitadas pela sociedade. Mais de 90% da sociedade já mostrou que a sociedade é contra. Esse governo instalou um balcão de negócios para angariar votos tanto para a reforma previdenciária quanto trabalhista, e não estava conseguindo. Com denúncias não há o menor ambiente para votar essas questões todas”, diz o senador José Pimentel (PT).

“Com certeza vai ter uma reviravolta grande porque o País está, digamos, atônito com essas delações. Portanto, não tem clima no Congresso para votar uma pauta conservadora. É imprevisível o que vai acontecer daqui para frente”, afirma o deputado José Airton (PT). (Colaboração Carlos Mazza)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Maia encerra sessão mais cedo: “Não tem mais clima”

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), encerrou mais cedo a sessão plenária de ontem após a divulgação de notícias de que o empresário Joesley Batista, dono da JBS, gravou o presidente Michel Temer dando aval para a “compra de silêncio” do ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), condenado a mais de 15 anos de prisão por corrupção.

Ao deixar a Câmara às pressas, Maia, que é aliado do governo de Temer, afirmou que não havia mais “clima para trabalhar” e disse que só se pronunciaria após ver o teor da denúncia contra o presidente.

“Não tem mais clima para

trabalhar. Só isso”, afirmou o deputado ao deixar o Plenário. Na saída, o presidente da Câmara bateu boca com o deputado Alessandro Molon (Rede-RJ). Molon pediu a Maia que deixasse a sessão de debates aberta, para que a oposição pudesse se manifestar contra o Temer. O pedido foi negado por Maia.

“Tem de ver primeiro o que é”, afirmou Rodrigo Maia enquanto entrava no carro oficial. Ele negou que estivesse indo ao Palácio do Planalto. Durante a noite de ontem, porém, parte da base de Temer reuniu-se com ele a portas fechadas. O presidente lançou nota negando as acusações.

AYRTORN VIGNOLA/AE

Ponto de vista

A narrativa do absurdo

Quando a Operação Lava Jato foi deflagrada, atingindo quase todo o espectro político brasileiro, chegou-se a ter a esperança de que, ao menos durante as investigações, as práticas perniciosas seriam estancadas. Que nada! No auge de toda a tensão política, pressionado de todos os lados, o presidente da República, segundo mostrou o jornal *O Globo*, ainda teve a desfaçatez de negociar com empresários a compra do silêncio do cassado e preso Eduardo Cunha. Uma mistura de falta de noção com amadorismo que revela o quão grave e doentio é o nível que chegou a corrupção em nosso País. E o mais curioso é que não foram necessárias escutas telefônicas, câmeras escondidas e toda a parafernália tecnológica da Polícia Federal para colher uma clara prova de tentativa de obstrução da Justiça. Um simples gravador no bolso de um dos donos da JBS, Joesley Batista, pode ajudar a derrubar o comandante máximo de uma nação. Esse famoso aparelhinho já usado pelo ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado, que revelou toda uma trama para “estancar a sangria”. A bala de prata no coração de uma administração que já sofria pela falta de legitimidade. Crime por cima de crime para tentar segurar um governo insustentável. A decisão de recorrer a essa tipo de artifício deve ter sido tomada em um contexto de desespero. Afinal, o ex-presidente da Câmara já está preso há mais de seis meses e tinha mandado alguns recados que poderiam envolver diretamente Michel Temer no escândalo da Petrobras.

O episódio vem mostrar ainda o que muitos já defendiam desde a época do processo de impeachment da então presidente Dilma Rousseff (PT). A saída Temer era uma das mais perigosas para o futuro do País, exatamente pelo histórico de seu partido e de todos as evidências que recaem sobre nomes fortes da sigla. A melhor das opções seria a realização de novas eleições. Apenas as urnas poderiam garantir o mínimo de tranquilidade tanto para a retomada do crescimento econômico como para a continuidade da Lava Jato. Mas não. Nunca pacto mediocre entre todos os Poderes, veio a solução mais prática, aprofundando uma das maiores crises do País. Clima zero para a aprovação de qualquer reforma. A grave situação mostra não ser possível esperar até outubro de 2018. A mudança tem que ser imediata.

Ítalo Coriolano, editor-adjunto de Conjuntura



CCJ DA CÂMARA

PEC das eleições diretas pode voltar à pauta

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, deputado Rodrigo Pacheco (PMDB-MG), afirmou ontem que avaliará a possibilidade de pautar nos próximos dias a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que prevê eleições diretas para Presidência da República, caso o presidente Michel Temer (PMDB) seja cassado ou renuncie ao mandato.

A PEC voltou à tona após a divulgação de notícias de que o empresário Joesley Batista, dono da JBS, gravou Temer dando aval para a compra de silêncio do ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

A matéria é de autoria do deputado Miro Teixeira (Rede-RJ) e está parada na CCJ da Câmara desde 1º de junho de 2016, quando o deputado Esperidião Amin (PP-SC) foi escolhido relator. O parlamentar catarinense já apresentou seu parecer pela admissibilidade da emenda constitucional. Cabe agora ao presidente da comissão pautar a votação. “Vou avaliar a possibilidade de pautá-la”, disse Pacheco, que é do mesmo partido de Temer. Para o deputado, a situação do Governo Federal é grave.

O presidente da CCJ afirmou que conversará hoje com o autor e relator da PEC. A proposta estabelece que, caso o cargo de presidente fique vago antes de seis meses para o fim do mandato, o novo presidente da República deverá ser escolhido por meio de eleições diretas, ou seja pelo voto da população. Atualmente, a partir do terceiro ano do mandato, o novo presidente tem de ser escolhido por eleições indiretas, quando só deputados e senadores votam.